



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE INDEPENDENTE: O JORNAL REVOLUÇÃO NO CONTROLE SOCIAL E NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA SOCIEDADE CIVIL PÓS INDEPENDÊNCIA.

Dandara Silvia Matos
Mestre Estudos Africanos – ISCTE
Professora de História do estado de Minas Gerais
dandara.matos@hotmail.com

Após o dia 12 de julho de 1975, iniciou-se em São Tomé e Príncipe um regime de partido único, colocando no poder Manuel Pinto da Costa, do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). As dinâmicas desse período são o objeto deste trabalho, que é um fragmento da minha dissertação. Para isso será usado como fonte o jornal *Revolução*, periódico criado pelo governo logo após a celebração da independência, sob a tutela do Ministério da Informação da República Democrática de São Tomé e Príncipe. O primeiro exemplar foi publicado no dia 12 de julho de 1975. Através do jornal *Revolução* procuro definir e analisar o papel desempenhado pelo jornalismo governamental em São Tomé e Príncipe e como retratou os acontecimentos no país no período de 1975 a 1979. Nesta comunicação analiso o papel que o periódico teve na função de construir o imaginário da população civil, que começava a viver sob um novo regime pós-colonial. A consolidação do regime monopartidário precisava fincar alguns pilares, como a vigilância popular, a mudança de mentalidade e costumes e a transformação política da sociedade. O jornal *Revolução* tinha como intuito disseminar as concepções do governo. No decorrer dos anos, textos foram publicados com o objetivo de doutrinação ideológica, lembrando à população que a independência não estava consolidada, existindo a forças inimigas com o interesse de reverter a situação. Outras preocupações eram constantes para o novo regime, outros costumes, que poderiam ser considerados maus hábitos eram necessários eliminar. Os dirigentes propagavam um discurso civilizador, renegando o que fosse considerado primitivo e atrasado. O jornal indica que o único caminho era a educação, para modificar a mentalidade da população que mantém práticas negativas; que o trabalho era o caminho para construir a unidade que levaria a todos para longe dos vícios; que com o tempo a disciplina para combater esses problemas seria aprendida e o conhecimento acerca dos efeitos negativos ficariam evidentes. A ambição declarada pelo governo, através do jornal *Revolução*, era a criação de uma nação forte, com uma economia livre das potências estrangeiras, moderna, e construído por meio de uma cultura e ideologia socialista. O discurso do regime apresentava o colonialismo como o vilão e responsável pela população das ilhas estarem impregnadas de péssimos costumes. O povo deveria ser disciplinado, adorar a sua terra natal, as suas origens e os seus dirigentes. São Tomé e Príncipe deveria ser um estado estável, independente, composto por cidadãos seguidores do regime e dos seus membros. Palavras-chave:

São Tomé e Príncipe; Independência; Jornal *Revolução*.

Quando a democracia chegou a Portugal, em 1974, não existiam em São Tomé e Príncipe forças políticas opositoras com grande disseminação entre a população, as ilhas



não tiveram luta armada e o grupo, criado nos anos 1960, que assumiu a função de defesa da independência ficou inexpressivo por um tempo (NASCIMENTO, 2010, P. 48). Sendo a conquista da sua independência considerada por alguns historiadores uma consequência da independência das outras colônias africanas de Portugal e do próprio 25 de abril de 1974.

Após o 12 de julho de 1975 era preciso construir o imaginário da luta revolucionária, o sentimento de defesa do território e dos seus dirigentes que lutaram em prol da independência. No dia 15 de agosto de 1975, um mês após a cerimônia de independência, era publicado o segundo número do jornal *Revolução*. O país vivia ainda a euforia da independência e o jornal acompanhava essa alegria. A partir desse momento o jornal afirma-se como um intermediador entre o governo e o povo. Os textos acompanhavam a ideologia do regime, informando ao povo como deveria ser a postura de um “verdadeiro patriota” para que o país pudesse realmente tornar-se independente.

O jornal *Revolução* foi um produto do Ministério da Informação de São Tomé e Príncipe, criado logo após a data da cerimônia da independência, sendo o primeiro número publicado a 12 de julho de 1975¹. O desenvolvimento desta pesquisa circunscreve-se à Primeira República (1975-1991), período em que o jornal funcionou e circulou pelo país, mais precisamente aos anos iniciais da República Democrática de São Tomé e Príncipe, entre 1975 e 1979.

Após o dia 12 de julho de 1975, os meios de comunicações, outrora controlados pelo governo português, passaram para as mãos do governo da nova república. A criação de um novo Estado não transformou a relação do governo de São Tomé e Príncipe com a comunicação social: havia total controle sobre as informações vinculadas na rádio e no jornal.

William A. Hachten (HACHTEN, 1996 P.13-36 apud FONSECA, 2014, 37) argumenta que os meios de comunicação nos regimes totalitários são monopolizados pelo partido que está no poder, que passa a decidir o que são notícias positivas para o governo e como esses factos vão ajudar à consolidação dos seus objetivos. Siebert (SIEBERT P.

¹ No editorial da edição de número vinte e cinco do jornal *Revolução* é afirmado que o primeiro número foi publicado nessa data. A autora buscou a confirmação com o Arquivo Público de São Tomé e Príncipe, mas não obteve retorno.



106-146 apud FONSECA, 2014, P. 24) afirma que os meios de comunicações mudam as suas funções consoante o regime que estão inseridos.

Controle social e construção do imaginário da sociedade civil

“A nossa luta continua, pois ela tem que ser organizada, disciplinada e cem por cento revolucionário. Para isto, é necessário reforçar a vigilância popular” (Jornal Revolução, Nº 02, 1975, P. 2.). A consolidação do regime monopartidário precisava de ficar alguns pilares, como a vigilância popular, a mudança de mentalidade e costumes e a transformação política da sociedade. O jornal Revolução tinha como intuito disseminar as concepções do governo.

No decorrer dos anos, textos foram publicados com o objetivo de doutrinação ideológica. O texto acima citado, “A Vigilância Popular”, lembrava à população que a independência não estava consolidada, existindo as forças inimigas com o interesse de reverter a situação. Informa-se o leitor que a fiscalização também é uma responsabilidade dele e qualquer informação sobre ações não patrióticas tinham que ser transmitidas aos dirigentes do país.

No artigo “A Luta Continua”, explica-se as diversas formas de luta, que cada localidade utilizou de acordo com suas necessidades e realidades, referindo que embora em São Tomé e Príncipe não tenha existido luta armada, nem por isso o seu povo pôde deixar de lutar. Aquela seria a hora de entender as transformações por que a sociedade iria passar e a importância de se continuar a lutar. O Revolução ainda afirma que o trabalho coletivo era uma forma de continuar lutando e que a “vigilância [era] também uma outra forma de luta.” (Jornal Revolução, Nº 03, 1975, P. 4.).

Nas edições seguintes, os textos com assuntos voltados para ajudar na conscientização política do povo continuaram. No n.º 4, publica-se um texto sobre o poder popular, pois o que preocupava o Revolução eram as ideias deturpadas e confusas do que seria o poder popular, afirmando que existiam pessoas que, por não se informarem corretamente, espalhavam a ideia errada de que “poder popular, quer dizer, que o Povo dita ao Governo o que este deve fazer” (Jornal Revolução, Nº 04, 1975, P. 2.). Além de assegurar que tal era uma ideia completamente distorcida, chamava de inimigos os que pensavam dessa forma e espalhavam essas informações desencontradas. E para que não houvesse mais pessoas confusas, iriam explicar que o “poder popular é Poder do Povo, o



Poder que tem o apoio do povo, porque defende o interesse do povo” (Jornal *Revolução*, N° 04, 1975, P. 2.). O jornal dá o seguinte exemplo:

“No nosso país verificamos que o nosso Governo, depois de ter estudados problemas, toma todas as decisões e consulta, em seguida a opinião da população. Uma vez tomada uma decisão, os nossos ministros e militantes do nosso Movimento percorrem as vilas e as localidades do nosso país para explicar e discutir com a população sobre a decisão do Governo. São nas reuniões que os Governantes não só explicam as medidas tomadas como também escutam opiniões de todo o mundo que são levadas em consideração. Todas as críticas construtivas, novos pontos de vista e sugestões, etc., são aceites” (Jornal *Revolução*, N° 04, 1975, P. 2).

O texto termina com o lembrete de que para exercer o poder popular era preciso estar “dentro da ordem, da disciplina e do trabalho” (Jornal *Revolução*, N° 04, 1975, P. 6), o povo precisava estar organizado e sempre vigilante, pois os inimigos dos interesses do povo e do país estariam sempre prontos para espalhar informações falsas para atrapalhar o processo de crescimento político que a população estava atingindo. O texto “A Vitória é do Povo Organizado” (Jornal *Revolução*, N° 06, 1975, P. 2.), é mais um dos textos que requerem do povo o sacrifício necessário, referindo que a independência foi só a primeira etapa; para vencer a segunda etapa todos teriam que estar organizados e vigilantes para ajudar o governo santomense.

Após a independência, São Tomé e Príncipe começou a receber um grande número de retornados, que vinham principalmente fugidos da guerra da Angola. Seibert diz que a maioria era de origem forra e com formação; ao chegar ao país passaram exigir empregos e posições importantes na estrutura pública. É sobre os santomenses repatriados e suas exigências que trata o artigo “Deslocados”. O *Revolução* dirige-se aos recém-chegados afirmando: “não venham pois, senhores deslocados, invocar ordenados fabulosos, casas principescas, pastelarias, buates, cabarés, vida fácil, etc.... etc.... para dizer que estamos atrasados. Atrasados em relação a quê e a quem?” (Jornal *Revolução*, N° 03, 1975, P. 5.).

O jornal já deixava clara a situação dos recém-chegados: não podiam exigir riquezas, pois isso não existia naquele território; se queriam dinheiro que fossem colher o cacau, já que o dinheiro só vinha do cacau colhido. O texto ainda lembrava que São Tomé e Príncipe era um país pobre e que a sua população sacrificava-se para fazer o país crescer. Eram todos bem-vindos, desde que fosse para ajudar na reconstrução nacional e no desenvolvimento da consciência política de todos.



Contudo, observou-se uma distribuição de emprego segmentado entre a população forra; os forros que faziam parte da elite tinham direito escolher cargos altos na esfera estatal e os forros das camadas baixas ficavam com os cargos nas administrações locais. Essa realidade foi vivenciada pelos forros que já estavam nas ilhas e os que chegavam. Os empregos nas roças continuavam com os antigos serviçais, já que nem os forros sem formação se prestavam a trabalhar nas plantações (SEIBERT, 2002, P. 162).

Um mês depois da independência, a Polícia da Segurança Pública colonial foi substituída pela Polícia de Segurança Popular (PSP), que tinha a incumbência de, além de cuidar da segurança, preocupar-se com o controle do processo da modernização das mentalidades e seus costumes. Uma nova sociedade precisava surgir e era necessário extirpar vícios como bebidas, farras, jogos e feitiçaria. O PSP, para demonstrar sua funcionalidade, prendeu em novembro 40 curandeiros (SEIBERT, 2002, P. 137). O Revolução ajudou a combater essas práticas, mostrando como eram atrasadas, primitivas e impediam a reconstrução do país como uma nação moderna.

Na edição de 19 de setembro de 1975, o Revolução publicava o texto “Feitiço ou ‘Báiiá’” para alertar a população dos efeitos negativos do feiticismo e de que o homem evoluído se mantém afastado dessas atividades. O jornal argumenta que compreende que no passado o homem se tenha envolvido com essas práticas, mas que tal não tinha lugar no novo São Tomé e Príncipe. Era preciso acabar de vez com esses costumes e eliminar os curandeiros do seio da sociedade, afirmando que o hábito de recorrer a esses “charlatões” atraía coisas negativas para si e para todos à sua volta.

A publicação de 21 de novembro dedicou uma página contra a prática do feitiço e os curandeiros. Publicam-se dois textos: “Gastam rios de dinheiros enquanto a família não tem um tecto, não tem pão, e o lume está apagado” e “Abaixo curandeiros”. O primeiro artigo referia os efeitos negativos em a população alimentar os curandeiros, que as doenças tinham que ser tratadas com médicos e remédios que não com falsos médicos que prometiam a cura.

O texto também pedia que o povo não confundisse os curandeiros, que tinham que ser extintos, com os ervanários, que realizavam a cura através do uso das ervas, e os massagistas, que poderiam ser considerados os verdadeiros ortopedistas das ilhas. O segundo texto repete a mensagem do primeiro, mas num tom mais contundente,



declarando que “os curandeiros, não passam de ladrões, bandidos e aldrabões” (Jornal Revolução, N° 11, 1975, P. 4.). Exalta a importância da ação que levou à prisão dos curandeiros e seus auxiliares, parabenizando o desempenho da PSP e encorajando que continuem na defesa dos interesses do povo.

Outras preocupações eram constantes para o regime, outros costumes, considerados maus hábitos e era necessário eliminar. Os dirigentes propagavam um discurso civilizador, renegando o que fosse considerado primitivo e atrasado (NASCIMENTO, 2014, 148.). No artigo “A sociedade em que vivemos”, o jornal alertava: “devemos, pois, combater o alcoolismo, a imitação, a animosidade, a preguiça, a prostituição e tudo que é alienatório na nossa sociedade” (Jornal Revolução, N° 03, 1975, P. 2.). Noutro texto, “As sequelas psicológicas do colonialismo”, era declarado:

“Apesar de contradição antagônica que opôs sempre o nosso Povo ao Regime Colonial, os 500 anos de colonização do nosso País teriam necessariamente que deixar “rasto”. O problema das classes, o egoísmo, a inveja, a ganância, a falta de solidariedade e os complexos de superioridade e inferioridade, são disso um exemplo. O regime colonial jogou precisamente com estes fatores psicológicos para tentar provocar divisão e desunião no nosso povo” (Jornal Revolução, N° 04, 1975, P. 6.).

No texto “Unamo-nos para combater os maus vícios” (Jornal Revolução, N° 16, 1976, P. 2.), o jornal indica que o único caminho é a educação, para modificar a mentalidade da população que mantém práticas negativas; que o trabalho era o caminho para construir a unidade que levaria a todos para longe dos vícios; que com o tempo a disciplina para combater esses problemas seria aprendida e o conhecimento acerca dos efeitos negativos ficariam evidentes.

Além dos textos com a função de “esclarecer” a população acerca da situação política e econômica do país, para que assumissem o papel de revolucionários, o Revolução começou a visitar as comunidades para descobrir que tudo ocorria bem na gestão dos “camaradas dos comitês locais”.

No jornal de 16 de janeiro de 1976, o jornal noticiou a ida a uma comunidade chamada Praia Melão para conhecer as impressões do povo daquele lugar sobre o andamento do MLSTP à frente da sua comunidade e do país. Segundo o jornal, o povo um clima de tranquilidade e paz, sensações que antes não eram experimentadas durante o regime colonial português. Falaram de algumas dificuldades referentes à vida no local,



como a falta d'água e falta de alguns alimentos; a população alegava que a distribuição não era bem-feita.

Nos parágrafos finais o jornal justifica que a igualdade é o que norteava a administração do país, e que todas as localidades recebiam de forma igual os gêneros alimentícios colhidos com o desenvolvimento da reforma agrária, mas que a procura era grande e a população precisava de compreender que o estava ao alcance dos dirigentes era feito.

Os enfermeiros Honório dos Santos, Gustavo Caetano Costa e José Leite Batista de Sousa enviaram uma carta ao jornal Revolução que foi publicada na 25.^a edição. Na carta pediam que o governo pagasse os ordenados aos funcionários de acordo com o grau de dificuldade da profissão e sua dedicação. Terminam dizendo que o pedido “não ser demais” e esperavam ser atendidos, pois seria uma contribuição para o desenvolvimento social.

Em resposta, no n. ° 27, o ministro da Saúde e Desportos, Carlos Graça (2011) respondeu com o artigo intitulado “Três jovens enfermeiros escrevem artigo reacionário”. No começo critica o controle ideológico do jornal que deixou que tal texto fosse publicado. Depois, acusou os enfermeiros de “contrarrevolucionários” e de afirmarem interesses pessoais. Graça (2011) ainda questiona os jovens: “mistura de reacionarismo, inconsciência, ignorância ou tentativa de subversão e sabotagem ao MLSTP? ” (Jornal Revolução, N° 27, 1976, P. 5.), afirma que “esses três fulanos” não eram honrados para o governo que tinham e a felicidade era saber que a força motora da Revolução estava na mão dos trabalhadores rurais e não de cidadãos como eles.

No aniversário da PSP, o comandante Alberto Paulino fez um discurso comemorativo da data, publicado pelo jornal na íntegra. O discurso do chefe militar procurou apresentar a diferença entre a “polícia repressiva” do regime colonial português e a “polícia preventiva e informativa” do regime do MLSTP. A população não devia temer a polícia, pois ela era constituída pelos filhos do povo e integrava a “linha ideológica revolucionária”. A PSP só deveria ser temida pelos inimigos do povo, pois os “observadores inimigos das leis das forças sociais em articulação reconhecem que, enquanto existir o equilíbrio da correlação de forças no nosso País, haverá paz” (Jornal Revolução, N° 27, 1976, P. 5.).



Num artigo de tom duro, o jornal *Revolução* anunciava a chegada de um novo vício nocivo ao povo santomense: a droga. O periódico afirma que essas drogas entraram por corruptos que se drogavam e repassavam para as demais pessoas. Entre o grupo encontrar-se-iam professores portugueses, a contas com a lei. O texto ainda recorda que todos os vícios devem ser combatidos, pois sem homens e mulheres sãs, a reconstrução não seria possível. Além das drogas, as dependências “inseridas pelos estrangeiros” tinham que ser combatidas.

Sobre a vigilância popular, em 1976, o governo publicou no jornal um comunicado oficial, anunciando que recebera cartas anônimas, denunciando contrarrevolucionários que se encontravam no seio da sociedade, esperando que o governo tomasse providências. O comunicado, assinado pelo gabinete da presidência, condenava esse tipo de vigilância e denúncia, pois de forma anônima o governo não podia verificar as informações e tomar as devidas providências. Informava que não seria “considerada qualquer informação exposta em cartas anônimas, sem identificação do remetente” (Jornal *Revolução*, N° 29, 1976, P. 9.). Salientava que esse tipo de ato era a demonstração de uma “inconsciência revolucionária, espírito tendencioso, ou acto de cobardia” (Jornal *Revolução*, N° 29, 1976, P. 9.). Este comunicado mostra que a vigilância popular começava a não estar sob controle e possivelmente era utilizada como meio de vingança, fosse por questões políticas ou pessoais.

Com os acontecimentos políticos internos e externos de 1977 e 1978, o regime tomou várias ações para “proteger” as ilhas de uma invasão estrangeira. Em 1978, Pinto da Costa instituiu o Grupo de Vigilância e Defesa Popular (GVDP), que “tinham por missão defender o regime da agressão das forças imperialistas, aliadas a reacionários internos” (SEIBERT, 2002, P. 162.). Nascimento (2010) argumenta que a busca incessante dos dirigentes em não abandonar o discurso revolucionário do regime, com o argumento de uma invasão externa, justificou a criação de milícias.

Na edição de julho de 1978, o *Revolução* declarava que o imperialismo tentava dar seu último suspiro na África, e as ilhas não tinham ficado de fora. Para tal tinha cooptado membros que antes se diziam revolucionários, para realizar um golpe de Estado e assumir o poder para que as forças internacionais voltassem a explorar e comandar o país.



O jornal declara que o golpe só não se consolidou porque o povo estava vigilante e denunciou os inimigos, permitindo que fossem julgados e condenados. Após essa ação, segundo o periódico, o povo organizou o GVDP, e que todos os que tivessem interesse de participar eram bem-vindos. Augusto Nascimento afirma que o grupo era uma criação do governo e não passava de uma forma de controlar mais ainda a população, pois o isolamento das ilhas facilitava o domínio político (NASCIMENTO, 2010, 309 – 327).

Ainda em 1978, no n.º 44, o jornal aborda outro tema que desencadearia o estopim da primeira revolta do pós-independência. Na página 5, o texto com o título “ Quantos somos em S. Tomé e Príncipe? ”, lembrava a manifestação que ocorrera no período colonial, devido à tentativa da administração portuguesa em fazer o recenseamento da população santomense. O jornal lembra que o ato, naquele momento, foi totalmente revolucionário, pois era uma forma de mostrar aos colonos que o povo de STP não concordava com a colonização e que não iria engrossar as fileiras do trabalho forçado.

O Revolução argumenta que essa ação faz parte de um contexto passado, pois na etapa de reconstrução do país em que se encontravam seria necessário realizar o censo. O periódico lembrava que Pinto da Costa tinha anunciado um plano para o ano de 1979 e que para que esse plano cumprisse o seu objetivo era preciso saber o quantitativo da população e as suas necessidades. Para saber o total das ações seria preciso saber quantos seriam atingidos. No final do texto, exemplifica-se:

“Por exemplo, não podemos saber quantos médicos precisamos a nível do país e a nível de cada Distrito, cidade ou lúchan, se não soubermos efetivamente o número das populações dessas aglomerações. Não é possível saber-se o número de professores necessários à campanha de alfabetização já iniciada, para a liquidação do analfabetismo no prazo de um ano, [...], se não fôr conhecido o número de analfabetos existentes” (Jornal Revolução, N.º 44, 1978, P. 5.).

Em agosto de 1979, quinze dias antes da data marcada para o recenseamento, o jornal publicou um texto anunciando a sua realização. A notícia trazia as informações sobre a organização do censo, como seria a sua realização, os órgãos que estavam envolvidos, as Comissões Provinciais e Distritais, os indivíduos recenseados, e que mesmo os que estavam no exterior ou nas penitenciárias seriam contados pelo governo. O Revolução repete o que já tinha referido no seu discurso de 1978, que toda essa ação visava o bem-estar social e o desenvolvimento do país, pois só com esses dados os governantes poderiam agir com precisão. (Jornal Revolução, N.º 54, 1979, P. 4.).



A questão é que entre o povo já circulava o boato de que o recenseamento era negativo e que o governo pretendia levá-los ao trabalho forçado. Os boatos ganharam força e no dia 16 de agosto, dia marcado para o censo, a população da zona de Trindade rebelou-se contra os agentes. Durante dois dias, protestaram contra o regime do MLSTP, o que levou o governo a suspender a atividade. A próxima publicação do jornal Revolução foi no dia 1 de setembro de 1979 e sobre o motim nada referia. O jornal adotou o silêncio para exprimir a situação delicada em que ficara o governo.

Tal como afirma Nascimento, os dirigentes “escusaram-se a interpretar esses eventos de 1979 como uma reprovação da sua liderança política e económica do país e como um sintoma de um mal-estar imparável entre a população” (NASCIMENTO, 2010. P. 17.).

A ambição declarada pelo governo era a criação de uma nação forte, com uma economia livre das potências estrangeiras, moderna, e construído por meio de uma cultura e ideologia socialista. O discurso do regime apresentava o colonialismo como o vilão e responsável pela população das ilhas estarem impregnadas de péssimos costumes. O povo deveria ser disciplinado, adorar a sua terra natal, as suas origens e os seus dirigentes. São Tomé e Príncipe deveria ser um estado estável, independente, composto por cidadãos seguidores do regime e dos seus membros.

Referências bibliográficas

- BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS. XX – 229 PORTUGAL. Agência Geral das Colónias, Vol. XX - 229, 1944. Disponível: <http://memoria-africa.ua.pt/>.
- JORNAL REVOLUÇÃO. Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe. Caixa: Órgão do Ministério da Informação da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Exemplares 1975 – 1979. Disponível: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7488#!e_9016.
- AFONSO, Aniceto, Gomes, Carlos de Matos. Os anos da Guerra Colonial: 1961-1975. Matosinhos, Editora Quidnovi, 2010.
- ALMEIDA, Érica Reis de. «O Pan-africanismo e a Formação da OUA». Revista geopaisagem. Rio de Janeiro, Ano 06, Nº 12, 2007.
- ALMEIDA, Viana de. «Povoamento e Colonização da ilha de S. Tomé», Cadernos Coloniais, n.º 67, Lisboa, s.d.; 1884. Disponível: <http://memoria-africa.ua.pt/>.
- AMBRÓSIO, António. Subsídios para a história de S. Tomé e Príncipe. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- ANDRADE, Mário Pinto de. Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. A partilha da África e a resistência africana. Porto Alegre, 2008. Disponível: <http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>



- BERTHET, Marina. «São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência». *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016.
- BRANCO, Rafael. *Os caminhos da democracia: São Tomé e Príncipe*. Amadora: [s.n.], 1998.
- CABRAL, Amílcar. *Textos políticos*. Porto: Afrontamento, 1974.
- CARDOSO, Débora Marina Canhoto. *Imagem e Propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa: ISCTE-IUL, 2014.
- CARVALHO, Juvenal de. *Revista Veja: um olhar sobre a independência de Angola*. São Paulo: Gandalf, 2009.
- CASTELO, Claudia. *A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial*. Actas 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL, 2010.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Linguagem dos conflitos*. Coimbra: Minerva, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CORREA, Silvio Marcus. A “Partilha da África” pela imprensa teuto-brasileira. *Cadernos de Pesquisa Cdhis*. Uberlândia, V.23, N.2, jul./dez. 2010.
- CORREIA, Pezart. *Descolonização de Angola: A joia da coroa do império português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.
- COSTA, Manuel Pinto da. *Terra Firme*. Porto: Afrontamento, 2011.
- CRUZ, Carlos Benigno da. *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Lisboa: Moraes Editores, 1975.
- DÁSKALOS, Sócrates. *A Casa dos Estudantes do Império: Fundação e primeiros anos de vida*. Câmara Municipal de Lisboa, 1993.
- FEIO, Joana Areosa. De Étnicos A “Étnicos”: Uma Abordagem Aos “Angolares” De São Tomé E Príncipe. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa – ISCTE, 2008.
- FERNANDES, António Teixeira. *A sociedade e o Estado: sociologia das formações políticas*. Porto: Afrontamento, 1997.
- FERREIRA, Pedro. *Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime*. Actas I Congresso de História Contemporânea, FCSH, Lisboa, 2012.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências - sécs. XIII-XX*. Lisboa: Estampa, 1996.
- FONSECA, Isadora de Ataíde. *A Imprensa E O Império Na África Portuguesa, 1842-1974*. Lisboa: ICS, 2014.
- _____. *A imprensa e o império colonial em São Tomé e Príncipe (1857-1974)*. *Revista Comunicação Pública*, Vol.9 nº16, 2014. Disponível em: <https://cp.revues.org/842>.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3ª edição. São Paulo: Ed Loyola, 1996.
- GRAÇA, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. São Tomé e Príncipe: Editora: UNEAS, 2011.
- GUERRA, João Paulo. *Memória das Guerras Coloniais*. Porto: Afrontamento, 1994.
- HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.
- LABAN, Michel. *São Tomé e Príncipe: encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.
- KIMCHE, David. *A África Negra E O Movimento De Solidariedade Dos Povos Afroasiáticos*. Disponível: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n8_9_p93.pdf, 1969.



KRENISKI, Gislania Carla P., AGUIAR, Maria Do Carmo Pinto. O Jornal Como Fonte Histórica: A Representação E O Imaginário Sobre O “Vagabundo” Na Imprensa Brasileira (1989-1991). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MAC, Manifesto do Movimento AntiColonialista. CasaComum.org, 1965. Disponível: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83404

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. Revista RUA, v. 5, n. 1, Unicamp, São Paulo, 1999. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>.

MATEUS, Dalila Cabrita. A luta pela independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA E PAIGC. Sintra: Editora Inquérito, 1999.

_____. A PIDE-DGS na Guerra Colonial (1961-1974 1974). Lisboa: Terramar, 2004.

MATOS, Dandara Sílvia. Manifesto do Movimento Anticolonialista: um guia na luta pela independência. Centro de Artes, Humanidades e Letras – UFRB. Cachoeira, 2016.

MENEZES, A. B. Estado, Políticas Públicas E Desenvolvimento: Cabo Verde e São Tomé E Príncipe. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro - Escola De Ciências Humanas E Sociais - Departamento De Economia, Sociologia E Gestão, 2012.

MENESES, Maria Paula G. O ‘ Indígena’ Africano e o Colono ‘Europeu’: A construção da diferença por processos legais. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2010.

NASCIMENTO, Augusto. Relações de poder e cotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe: de finais de oitocentos a meados do presente século. Lisboa: [s.n.], 2000.

_____. Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2005.

_____. São Tomé e Príncipe durante o Estado Novo. Lisboa: IICT, 2008.

_____. Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe. Lisboa: Prefácio, 2008.

_____. São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo. In A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia, ed. Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz. Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Histórias da Ilha do Príncipe. Câmara Municipal Oeiras, 2010.

_____. São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua. Tempo do Mundo 2, 3: 45 – 73, 2010.

_____. «S. Tomé e Príncipe: a independência, o monopartidarismo, a democracia e o empobrecimento». In Caminhos Cruzados em História e Antropologia, ed. Clara Saraiva, José Alberto e Tavim Philip J. Havik, 309 – 327, 2010.

_____. «A construção de São Tomé e Príncipe: achegas sobre a (eventual) valia do conhecimento histórico». In Silva, Teresa Cruz, Coelho, João Paulo Borges e Souto, Amélia Neves de (orgs.) Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. Dakar: Codesria, 2011.

_____. «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra». Anuário Antropológico 40, 1: 133 – 163, 2014.

_____. «A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)». Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 58-78, jan.-jun. 2015.

_____. «A inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe». In: ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa. Lisboa: Veja, 2016.



ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. - Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.

PACHECO, Carlos. *MPLA: Um nascimento Polêmico*. Lisboa: Vega, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-105.

PORTUGAL. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique: Decreto-Lei Nº 39666*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1997.

ROSAS, Fernando, Machaqueiro, Mário e Oliveira, Pedro Aires. *O adeus ao império: 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Veja, 2016.

SANTO, Armindo de Ceita do Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe: entre o regime do Partido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Colibri, 2008.

SANTO, Carlos Espírito. *O Nacionalismo Político São-Tomense*. Volume 1. Lisboa: Colibri, 2012.

_____. *O Nacionalismo Político São-Tomense*. Volume 2. Lisboa: Colibri, 2012.

_____. *A Primeira República*. Volume 1. Lisboa: Colibri, 2015.

_____. *A Primeira República*. Volume 2. Lisboa: Colibri, 2015.

SEIBERT, Gerhard. *São Tomé e Príncipe: instabilidade política e crise económica num microestado insular*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1998.

_____. *CAMARADAS, CLIENTES E COMPADRES: Colonialismo, Socialismo, e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Veja, 2002.

_____. *CRIOULIZAÇÃO EM CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: Divergências Históricas e Identitárias*. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21315/13894>, 2014.

_____. *São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony*. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 987-1012, set.-dez. 2016. Disponível:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/22842/15030>.

SERRANO, Carlos. *Viriato da Cruz: um intelectual angolano do século XX: a memória que se faz necessária*. Disponível: www.revistas.usp.br/africa/article/download/102613/100886, 2012.

SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da. *Dos nacionalismos à guerra os movimentos de libertação angolanos - de 1945 a 1965*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

TOMÉ, Jaime. *Constituição, Acto Colonial, Carta Orgânica, Reforma Administrativa, Regimento do Conselho do Império, Concordata e Acordo Missionário com notas, sumários de legislação e índices alfabéticos*. *Gazeta dos Advogados da Relação de Luanda*, Luanda, 1940.

VENTURINI, Maria Cleci. *Imaginário urbano: espaço de rememoração*. Universidade de Santa Catarina, Centro de Arte e Letras, Santa Maria, 2008.



ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. Revista História e Historiografia: Contribuições e Debates. V. 4, PUC – São Paulo. Jan. /Dez 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/871/showToc>.